

MEMÓRIAS DE PESSOAS IDOSAS ENCARCERADAS SOBRE O TRABALHO

Memories of elderly people included about work

Pollyanna Viana Lima¹

Tatiane Dias Cassemiro Valença²

Alessandra Souza de Oliveira³

Luciana de Araújo Reis⁴

Resumo:

O estudo tem por objetivo conhecer as memórias de pessoas idosas encarceradas sobre o trabalho. Estudo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, triangulação de método, fundamentado na Teoria da Memória Coletiva/Social e das Representações Sociais. Realizado em três unidades penais da Bahia com 31 idosos, com 60 anos ou mais, que se encontravam em situação de cárcere. Foram utilizados quatro instrumentos: questionário para coleta de dados nos prontuários de saúde, de assistência social e psicologia; entrevista semiestruturada; grupo focal; e observação não participante com uso de diário de campo. Por meio das memórias, os idosos recordaram sobre o trabalho e declararam ser importante e significativo para suas vidas. Demonstraram ainda a insatisfação por não estarem trabalhando na prisão, sendo este um direito constitucional para todo cidadão recluso que, além de possibilitar a remição da pena e a reinserção na sociedade.

Palavras-chave: Idosos; Cárcere; Memória; Representações Sociais; Trabalho.

Abstract:

The study aims to discover the memories of incarcerated elderly people about work. Exploratory and descriptive study, with a qualitative approach, method triangulation, based on the Theory of Collective/Social Memory and Social Representations. Held in three penal units in Bahia with 31 elderly people, aged 60 or over, who were in prison. Four instruments were used: questionnaire for data collection in health, social assistance and psychology records; semi structured

¹ Enfermeira. Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Docente da Faculdade Independente do Nordeste. E-mail: polly_vl@yahoo.com.br

² Fisioterapeuta. Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. Docente do curso de Fisioterapia da UESB. E-mail: tativalenca26@gmail.com

³ Enfermeira. Mestre e Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Docente da Faculdade Independente do Nordeste. E-mail: alessandraoliveira@fainor.com.br

⁴ Fisioterapeuta, Doutora em Ciências da Saúde pela UFRN. Docente do curso de Fisioterapia e do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. E-mail: lucianauesb@yahoo.com.br

interview; focus group; and non-participant observation using a field diary. Through memories, the elderly remembered about work and declared it to be important and meaningful to their lives. They also demonstrated dissatisfaction at not being working in prison, which is a constitutional right for every prisoner citizen who, in addition to making it possible to redeem the sentence and reintegrate into society.

Keywords: Elderly; Prison; Memory; Social Representations; Work.

1. Introdução

O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja material, seja intelectual, seja artístico (IAMAMOTO, 2003). Pode ser caracterizado como uma atividade fundamental do homem, pois está relacionado à satisfação de algumas necessidades básicas, como o sustento, e à forma de se afirmar como ser social. Portanto, por meio do trabalho, o homem se afirma como ser criador não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente (ENGELS, 2004).

Assim, o trabalho, em qualquer fase da vida, tem um papel importante para o indivíduo. Segundo pesquisa realizada com idosos por Alcântara (2009), os resultados revelaram a importância do trabalho na vida desses indivíduos, um período que lhes conferia autoestima e significado pessoal. Destarte, as atividades exercidas, ao longo da vida, servem de ponto de referência para as pessoas, sendo difícil desarticular-se dessas referências (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

O trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana. É com essa atividade que o indivíduo organiza horários, rotina de vida, estabelece planos e aspirações, constrói relacionamentos pessoais, exerce sua atividade e expressa sua produtividade (ALVARENGA et al., 2009). Estudo sobre o sentido do trabalho demonstra que continua a ser essencial na vida das pessoas, que buscam, ao mesmo tempo, utilidade para suas atividades dentro das organizações, e, também, na sociedade (KUBO; GOUVEA, 2012).

Para muitos indivíduos, o trabalho representa a própria vida, principalmente em uma sociedade capitalista em que o homem sem essa atividade é considerado improdutivo e pode ser excluído da sociedade. Para muitas pessoas, e aí se incluem os idosos, o afastamento do trabalho torna-se muito estressante e pode provocar os mais diversos sentimentos.

É no ambiente de trabalho que os sujeitos têm reconhecimento social, apesar de, muitas vezes, exercerem funções rotineiras (SOUZA; MATIAS; BRETAS, 2010). Para Bertani e Barreto (2004, p. 204), “O trabalho é vivido por homens e mulheres desde a simples solução de sobrevivência até como condição de realização e reconhecimento pessoal. Há toda uma subjetividade implícita que leva os indivíduos a viverem seu trabalho também de forma emocional”. Talvez por esse fato que a não produtividade tenha para os idosos uma extrema importância. O que faz permanecer na memória o trabalho como época de plenitude, que marca, pois remete a uma valorização pessoal. São lembranças significativas no momento atual e que tiveram importância em suas vidas.

Para tanto, concorda-se com Pollak (1992), quando ele afirma que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade; assim, o trabalho se constitui, nas sociedades, como um elemento que colabora para a construção da identidade social do sujeito. A identidade social de um indivíduo é formada pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social, seja ele de uma classe sexual, seja de uma classe de idade, seja de uma classe social, seja de uma nação. Assim, a identidade possibilita que o indivíduo se localize em um sistema social e também seja socialmente localizado (CUCHE, 1999).

O trabalho é um direito social definido pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2016), em seu Art. 6. Portanto, como o indivíduo que se encontra privado de liberdade não poderá exercê-lo fora do âmbito em que se encontra, cabe ao Estado possibilitar que ele o exerça na própria unidade prisional. Todavia, o que a realidade mostra é outra coisa, pois a maioria das unidades prisionais do Brasil não tem o trabalho formal, sendo que apenas 16% da população prisional brasileira trabalha, ou seja, pouco mais de 106 mil pessoas (INFOPEN, 2016), realidade que pôde ser confirmada nas três unidades prisionais, lócus dessa pesquisa, e no estudo realizado por Minayo (2015), o qual relatou que, dentre os entrevistados, apenas 4,4% trabalhavam, sendo a ociosidade apontada por quase todos.

O trabalho, assim, representa muito para esses indivíduos que se encontram em situação de prisão, pois possibilita, além da remissão da pena, a reinserção do condenado à sociedade e o distanciamento do ócio (CABRAL; SILVA, 2010). Esse direito ao trabalho na prisão é defendido, desde o século XIX, por reformadores como Foucault (2009), que defendia que a prisão deveria ser como uma fábrica com o objetivo de modelar o comportamento dos indivíduos que cometiam o crime. Para ele, era preciso que o prisioneiro trabalhasse para ser reeducado, com apreensão de regras e normas básicas de formas de convivência e disciplina e, ao mesmo tempo, como maneira de pagar a dívida para com a sociedade. Nessa perspectiva, este estudo tem por objetivo conhecer as memórias de pessoas idosas encarceradas sobre o trabalho.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo caracterizado como exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, e tem como aporte teórico-metodológico a Memória Coletiva e a Teoria das Representações Sociais.

O estudo foi realizado em três Unidades Prisionais (UP) do interior da Bahia. As UP custodiam presos provisórios e condenados, dando cumprimento às penas privativas de liberdade. A Unidade Prisional 1 (UP1) e a Unidade Prisional 2 (UP2) atendem aos Regimes Fechado, Semiaberto e Provisório, já a Unidade Prisional 3 (UP3) atende apenas aos Regimes Fechados e Regime Provisório.

Os participantes do presente estudo foram representados por 31 pessoas com 60 anos ou mais que estavam aptas para participar da pesquisa, pois se encontravam em situação de cárcere, alojadas em um dos Conjuntos Penais selecionados para realização da pesquisa e que tinham cognitivo preservado, avaliado pelo Mini-Exame do Estado Mental (MEEM).

Em nosso estudo, optamos pela triangulação de métodos sobre um mesmo objeto, no intuito de tornar mais persuasivas e precisas as informações obtidas (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram utilizados quatro instrumentos: um questionário para coleta de dados nos prontuários; um roteiro para o grupo focal; um roteiro para entrevista semiestruturada e observação participante.

O questionário para coleta de dados nos prontuários de saúde, de assistência social e psicológica teve perguntas envolvendo questões demográficas, psicossociais e epidemiológicas. A entrevista foi baseada em um roteiro que apresentou questões sobre as recordações na prisão e antes da prisão, com o intuito de conhecer as memórias dos idosos encarcerados. Já o grupo focal teve como objetivo apreender as Representações Sociais dos idosos encarcerados sobre a Velhice e Saúde na prisão por meio de suas memórias.

O registro dos dados ocorreu por meio de gravação, mas, devido ao fato de muitos idosos terem dicção ruim e/ou falarem baixo, foi preciso fazer a tomada de nota, para a qual contamos com o apoio da assistente social, que, prontamente, dispôs-se a contribuir em todo o processo dos grupos. Os grupos focais tiveram

duração máxima de uma hora e ocorreu sempre junto com a profissional da assistência social e da psicologia, as quais tornavam-se as relatoras.

O diário de campo foi utilizado para registrar as impressões e informações sobre como chegamos ao campo, como era o campo e as relações cotidianas vistas nele. Vale destacar que, no momento das anotações, não tínhamos a ideia de que tudo o que fosse escrito no diário de campo seria um dado científico, visto que as categorias analíticas emergiram das informações coletadas pelas entrevistas e o grupo focal a partir de uma reflexão teórica.

O fato de utilizar a entrevista, o grupo focal e também a observação participante por meio do diário de campo deu-se por alguns motivos específicos, como, por exemplo, o fato de a limitação de uma técnica complementar a outra, de as UP apresentarem particularidades, mas também por entender a importância das impressões dos pesquisadores acerca do campo e das relações envolvidas nele.

A entrevista semiestruturada assim como os resultados do grupo focal foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo descritos por Laurence Bardin, na modalidade de análise temática (BARDIN, 2015), com auxílio da ferramenta computacional de suporte para análise dos dados qualitativos NVivo, versão 11 (QSR, 2013).

Foi realizado o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação e com a articulação do material empírico e o referencial teórico da Memória e das Representações Sociais. Para representar de forma panorâmica os resultados e facilitar a visualização, foi utilizado o recurso do NVivo chamado “Nuvem de Palavras”. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia com parecer nº 1.968.281.

3. Resultados e discussão

Os resultados demonstraram que os idosos recorrem aos referenciais de sua vida produtiva e valorizam o trabalho tanto no aspecto financeiro quanto como forma de remissão de pena e de evitar o ócio. O trabalho nesse sentido possui um sentimento de dependência, de ter o que fazer, além disso, impede o tédio e ainda possibilita alcançar objetivos na vida (MORIN, 2001).

Na concepção de Marx (1969), o trabalho exerce um papel fundante na edificação da humanidade, e Engels (1896) afirma que o trabalho constitui-se como categoria basilar, mas também fundamental de toda a vida humana. Talvez por esse fato o trabalho seja tão natural na vida de todos os indivíduos e se torne essencial nas memórias das trajetórias de vida dos idosos.

Para além disso, na lógica capitalista, faz-se necessário estar inserido no contexto do trabalho. Arendt (1981) defende que as pessoas definem o outro não como quem é, mas pelo que faz, ou seja, ao perguntarmos o que está fazendo, geralmente, indagamos: “Você está trabalhando em quê?”; “Qual a sua profissão?”; “Fulano de tal é...”, referindo-se à profissão. Essas perguntas corriqueiras são, na verdade, definidoras da identidade de uma pessoa na sociedade capitalista, na qual estamos inseridos.

Essa categoria surgiu, assim, a partir de lembranças de trajetórias de vida dos idosos sobre o trabalho, antes e na prisão. A codificação e, posteriormente, a contagem das palavras mais evocadas permitiram gerar a nuvem de palavras sobre o tema (Figura 5). Entre essas palavras, destacam-se: trabalho (15); vida (14); trabalhei (10); hoje (6); trabalhar (6); trabalhava (5); família (4); tempo (4); aposentado (4) e casa (3).

trabalho como tão importante na vida. Para isso, compactuamos com Rodrigues e Mercadante, (2006, p.117) quando afirmam que:

[...] existe uma construção no universo masculino que se dá pelo trabalho, indo além da questão econômica que se mostra tão óbvia e frequente. O financeiro, na realidade, aparece como pano de fundo para encobrir uma questão que é mais subjetiva, pois, na medida em que cabe ao homem ser o provedor e que este provento advém do trabalho, de certa forma confere ao homem também a referência social da sua masculinidade.

A citação acima mencionada reflete a importância da perda do trabalho para os homens participantes deste estudo, tanto pela aposentadoria quanto, sobretudo, pelo aprisionamento, haja vista que, na prisão, alguns não trabalham e os poucos que trabalham percebem um sentido diferente entre o trabalho fora da prisão e na prisão. Talvez por esse fato, os idosos, com o intuito de exercerem seu papel “masculino”, declaram a insatisfação de ficarem sem trabalhar na prisão e, ao mesmo tempo, sentirem a vontade de trabalhar.

Minha vontade é trabalhar... Não tenho costume de ficar parado. (IE-03)

Agora mesmo que estou aposentado e ainda aqui dentro sem poder fazer nada é complicado. Talvez se eu tivesse a possibilidade de trabalhar, o tempo aqui passava mais rápido, esquecia um pouco os problemas, passava o tempo mais ocupado, ocupava a mente. (IE-20)

A prisão precisa ter trabalho, precisa ter horta, lugar para plantar, colher... Eu chamo pelo trabalho. (IE-10)

Aqui dentro eu ajudo na faxina, limpo as celas, ajudo em um monte de coisa aqui. (IE-23)

Aqui dentro mesmo eu trabalho, cuido de um monte de coisa, limpo as caixas d'água, dou manutenção de cano, conserto as coisas e, quando não tenho estes serviços, lavo os carros dos funcionários daqui. O trabalho para mim aqui é importante, porque ajuda passar o tempo. (IE-25)

Preciso voltar para trabalhar, sou lavrador, sustento a minha família. Lá fora eu trabalhava, cuidava da vida e hoje estou aqui nesta situação. Eu trabalhava, trabalhei muito desde novo com meu pai, sempre fui direito. Minha vida era trabalhar, sou pai de família, sou um trabalhador honrado. (IE-06)

Na realidade do nosso estudo, encontramos muitos idosos com queixas da inexistência de trabalho, principalmente aquele que possibilita a remissão de pena, ou seja, a possibilidade de o condenado reduzir o tempo de sua sentença penal, direito previsto na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal, que está intimamente conexo ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena (BRASIL, 1984). Um idoso afirma que, em uma das unidades pesquisadas, havia trabalho, mas já fazia quase um ano que estava tudo parado, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Logo quando eu entrei aqui, tinha trabalho, a gente costurava bola. Era muito bom. Além de passar o tempo, ajudava a diminuir os anos de prisão, e ainda juntava uns troquinhos. Mas já tem meses que não tem mais serviço, não tem bola para a gente costurar. (IE-20)

Dentro do ambiente da prisão, outra forma de trabalho é o de “faxina”, um trabalho classificado, remunerado e, para poucos, tido como privilegiado (MINAYO, 2015). Os presos “faxinas” são uma espécie de homem de confiança da direção, dos agentes e da maioria dos funcionários do sistema prisional. Os “faxinas” têm privilégios em comparação a outros presos, uma vez que, além de serem remunerados, como já dito, têm uma rotina diferenciada dos demais presos no que se refere à cela, à alimentação melhorada e abundante,

às visitas, à locomoção no ambiente, poder sobre os demais colegas, acesso às informações e também a questões de saúde (VALCARENGHI et al., 2015; MINAYO; CONSTANTINO, 2015). Além disso, têm funções como mediadores de conflitos e ainda se responsabilizam pela “paz” nas celas. Na verdade, a função de “faxina” tem como principal benefício para o preso cumprir o tempo de pena de forma mais amena e com redução de sofrimento (MINAYO; CONSTANTINO, 2015).

Depois que eu entrei aqui, fui designado para tomar conta do mercado e da triagem, mas sempre lá fora eu era corretor de imóveis. Gostava muito do serviço, tinha muito conhecimento na sociedade, na minha cidade e nas cidades próximas, eu tinha muito conhecimento, muita clientela e gostava muito do serviço. Aqui dentro, sou homem de confiança, nunca descí, pois, quando eles viram que eu poderia ser útil, fiquei por aqui mesmo. Aqui eu vou onde quero, vou para a cela quando eu quero, só sigo as regras dos horários da alimentação e do momento de dormir. Na verdade, fico o dia todo por aqui trabalhando, resolvendo alguma coisa, e, à noite, vou para a cela dormir. (IE-21)

Aqui dentro, eu faço de tudo um pouco. Limpo o chão, entrego material, dou recado, faço de um tudo. É bem melhor estar aqui em cima do que lá embaixo. (IE-25)

Tenho uns certos privilégios aqui, porque sou monitor de saúde nesse módulo. Cuido de todos, anoto as necessidades e levo para as assistentes sociais, para que elas marquem os exames. Recebo também aqueles que sofreram violência em outros módulos. Me colocaram nessa função, porque sou técnico em análises clínicas e, como tenho estudo, facilita a comunicação. (IE-11)

É possível observar nas narrativas dos idosos IE-21 e IE-11 que o fato de terem algum nível de estudo e terem uma profissão antes de estarem na prisão influenciou na escolha de serem os “faxinas”, ou seja, de serem os homens de confiança. A breve descrição sobre os “faxinas” remete-nos a refletir como as instituições são fluidas a situações de privilégio, porém, para esses indivíduos, é uma possibilidade de passar pelo período de aprisionamento de forma mais branda, presos a um mecanismo de controle e submissos à ordem dos superiores (MINAYO, 2015); fato visto e vivenciado pelos pesquisadores, pois, enquanto aguardávamos para adentrar em uma das UP, era possível ver um homem que se vestia com roupa de cor azul, de chinelo, sem qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI) e acompanhado de um Agente Penitenciário, fazendo a limpeza externa e a coleta de lixo. Posteriormente, identificamos que se tratava de um recluso que exercia a função de “faxina”. Assim, podemos dizer que, apesar de esse recluso não estar usando algemas e preso em uma cela, ele se encontrava o tempo todo vigiado e controlado.

Apesar de o trabalho ser um direito constitucional, como foi mencionado anteriormente, na realidade das três UP, o trabalho para a maioria era uma utopia, e a ociosidade, uma realidade vivenciada no dia a dia. Os anos vividos no cárcere, conforme alguns idosos são irrecuperáveis, pois, para eles, a vida fica estagnada ou retrocede, sendo o tempo relacionado ao ócio caracterizado como um dos componentes mais negativos dentro do cárcere.

Minha vida sem trabalho é péssima. A pior coisa daqui é ficar sem ter o que fazer. Mente vazia é oficina do diabo. Sorte que tem este grupo aqui de 15 em 15 dias para aliviar a tensão. (IE-11)

Inventei estudar para ocupar a cabeça, mas queria mesmo é trabalho. Com o trabalho, o tempo passaria mais rápido. (IE-07)

Aqui tudo para, na verdade, não dá mais para voltar atrás. Aqui vivencio o ócio diariamente. Para ver se o tempo passa um pouco, tento ficar ajudando os colegas de pouca instrução a resolver as pendências deles. (IE-09)

Para Constantinidis (2012, p. 692/693) “os provérbios são enunciados facilmente reconhecíveis e memorizáveis, são manifestações originadas na sabedoria popular, constituindo-se como formas de expressão coletiva, consagrados pelo uso. Refletem e são refletidos na vida sociocultural, fazendo parte da história social, das produções culturais transmitidas de geração em geração”. Mais especificamente, o provérbio “cabeça vazia, oficina do diabo” é comumente mencionado para se aludir à não ocupação, pensamentos ruins e suas consequências e pode ter caráter desorganizador, que pode levar à delinquência e à loucura (CONSTANTINIDIS, 2012). Essa formulação de ócio está muito associada ao senso comum (MOSCOVICI, 2003) e tem sido incorporada ao longo da história, de geração em geração, como algo ruim e maléfico. Em se tratando de um ambiente prisional, esse provérbio popular pode ter uma conotação muito mais evidente.

A instituição prisão controla o tempo dos indivíduos que ali estão, pois ficam exilados do tempo social e, mesmo tendo direito a algumas atividades aparentemente sociais, como alimentação, trabalho, esporte, sexo, a forma como essas atividades são vivenciadas diferencia-se das realizadas extramuros da prisão (FOUCAULT, 2009). Nesse sentido, inferimos que o tempo na prisão é realmente desigual do tempo fora dela. O tempo fora da prisão, por vezes, é tido como curto, pois a correria do dia a dia possibilita a sensação de encurtamento do tempo. Por outro lado, na prisão, o contrário ocorre, pois o tempo é arrastado, prolongado e caracterizado como uma penalidade, a qual não recuperará o tempo perdido.

Poderíamos nos perguntar se “O tempo é dividido da mesma maneira para todos os membros da sociedade” (HALBWACHS, 2013, p.114), porque dizemos que ele é diferentemente encarado pelas pessoas. E, ainda, porque, na prisão, esse tempo parece ser mais lento. Recorrendo às palavras ditas por Maurice Halbwachs (2013, p.113), podemos também referendar o já mencionado anteriormente.

Muitas vezes o tempo faz pesar sobre nós um impiedoso constrangimento, seja porque achamos longo demais um tempo curto, porque nos impacientamos, porque nos aborrecemos, porque temos pressa para terminar uma tarefa ingrata, por termos passado por alguma prova física ou moral – ou, ao contrário, um período relativamente longo nos parece curto demais, quando nos sentimos pressionados e apressados, tratando de um trabalho, de um prazer, ou simplesmente da passagem da infância à velhice, do nascimento à morte.

Na verdade, aproximando-se de Messuti (2003), é possível afirmar que a prisão, na sua forma de constituição, provoca rupturas do tempo e dos afetos, os quais não são apenas voltados ao espaço, mas às rotinas cadenciadas pelas regras e normas típicas do ambiente prisional. Nesse sentido, como relatou Minayo em sua pesquisa realizada na prisão do Rio de Janeiro, apesar de o tempo descrito ser um tempo “cronológico vivenciado nas prisões, para os apenados, seu significado subjetivo é o de uma espécie de tempo emocional: mais lento e denso, carregado de perdas, tendo como único sentido o cumprimento da pena” (MINAYO; CONSTANTINO 2015, p.93).

No tocante às memórias do trabalho antes da prisão, alguns idosos encarcerados relataram o trabalho na infância. O trabalho infantil é qualquer forma de trabalho que uma criança ou um adolescente faz antes dos 16 anos (CACULO, 2017). O trabalho infantil ocorre desde o Brasil colônia e fundação do regime escravagista, fortalecido no período industrial do País durante o século XX, quando crianças eram praticamente obrigadas a estarem inseridas em um sistema produtivo (MONTE, 2008).

O trabalho era, assim, tratado como uma normalidade por parte de todos, inclusive aqueles que estavam inseridos no processo; apenas muito recentemente é que discussões começam a surgir e a se fortalecer, e a percepção de que esse é um problema social grave, com inúmeras consequências, sejam elas objetivas, como afastamento da escola, desgaste físico, perda de vida infantil e social, sejam subjetivas, como problemas psicológicos, torna-se central nas pautas de discussões do direito das crianças e dos adolescentes (MONTE, 2008; FACURE, 2015), principalmente após o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990).

Alguns idosos participantes do estudo relataram a vivência no trabalho desde a infância, fato muito comum no período em que eram crianças, o que demonstra que o trabalho foi uma realidade, a qual foi inserida pelos pais, como pode ser visto nos trechos que se seguem:

Minha vida sempre foi boa trabalhando. Desde os 15 anos que mexia com caminhão junto com meu pai, depois virei caminhoneiro. (IE-15)

Com 10 anos de idade, eu já trabalhava, desde pequeno, já era ajudante de pedreiro, carpinteiro... Fazia de tudo com meu pai. (IE-31)

Desde os 5 anos de idade, minha mãe já me levava para a roça. Minha vida era só trabalho e cuidando da família. (IE-10)

Se eu for contar a minha história de infância, eu vou até chorar, porque minha infância só foi de trabalho e surra. (IE-01)

Ressaltamos que o trabalho infantil pode ter inúmeras repercussões na vida do indivíduo e pode ter marcas negativas definitivas. Observa-se no trecho da narrativa do IE-01 que a infância foi marcada por um trabalho carregado de recordações tristes e relacionada à surra.

No que se refere às profissões, os idosos rememoraram o período em que trabalhavam, eram ativos e as profissões que tiveram ao longo da vida. Ao conversar com os idosos, percebemos que a maioria ocupava serviços braçais, entre eles: pedreiro, servente de pedreiro, lavrador, vaqueiro, açougueiro, caminhoneiro etc. Poucos tinham profissão voltada ao intelecto, até porque a minoria tinha uma escolaridade que permitia tais funções. Desse modo, as memórias do trabalho de alguns dos entrevistados são direcionadas a essa realidade.

Minha vida era de muito trabalho todo dia. (IE-08)

Trabalhava normalmente com açougue e vendendo coisa do Paraguai. Minha vida era bem cheia, trabalhava muito e, no final de semana, ia para a Igreja. Estar na prisão é muito ruim, porque meu trabalho é tudo. (IE-24)

Sempre tive uma vida ativa e sempre tive uma vida social. Sou funcionário público, assumi vários cargos públicos. Já fui secretário de saúde, já fui vereador. Minha vida sempre foi de muita luta. (IE-09)

Minha vida era normal, trabalhava na roça, tirava o cacau e depois vendia na feira em uma barraca no fim de semana. (IE-13)

Trabalhei minha vida toda como motorista de caminhão, viajando o tempo todo, entre São Paulo e todo o Nordeste. Sempre viajei muito, ficava no máximo dois dias em casa, e voltava de novo para o mundo. Meu último emprego, na última empresa, eu carregava de Goiás para o Rio. (IE-20)

Fui bancário por muitos anos, trabalhei na Caixa Econômica. Trabalhei também como gerente da EBAL, Cesta do Povo. Trabalhei 17 anos na Cesta do Povo e, quando fechou aqui, fui para o comércio. Coloquei um comércio para mim e para minha família e, quando sair daqui, eu quero retomar tudo. (IE-22)

Trabalhei de vaqueiro, fazendo cerca, quebrar pedra, arrancar mato, capinei e até ajudante de pedreiro eu trabalhei. (IE-23)

Eu sempre trabalhei como corretor de imóveis, muitos anos, mais ou menos, 30 anos trabalhando nisso. Tinha escritório e tudo... Era o que eu exercia. (IE-21)

Eu sempre trabalhei muito, fui pedreiro, pintor, lavei carro, fazia de um tudo. Sustentei família, construí minha casinha eu mesmo com o meu trabalho, a minha besteira foi encostar naquela moça. (IE-25)

Eu sempre trabalhei muito desde novo. Fui vaqueiro a minha vida toda até que me aposentei. (IE-28)

Esse achado do estudo vai ao encontro dos dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016), o qual demonstra que a maioria dos presos no Brasil tem escolaridade inferior ao Ensino Fundamental, o que tem consequência nos tipos de profissões exercidas por esses indivíduos e na renda mensal que eles têm para sustentar a família.

Não queremos dizer aqui que as profissões relatadas não sejam importantes, mas chamar a atenção ao fato de que vivemos em um país desigual, onde as oportunidades de ter acesso a um ensino de qualidade e à Universidade ainda são para poucos. Quando se trata de pessoas que foram jovens no século XX, essa dificuldade era ainda maior, o que tem reflexo nas profissões exercidas pelos idosos encarcerados.

4. Considerações finais

Por meio das memórias, os idosos recordaram sobre o trabalho e declararam ser importante e significativo para suas vidas. Demonstraram ainda a insatisfação por não estarem trabalhando na prisão, sendo este um direito constitucional para todo cidadão recluso que, além de possibilitar a remição da pena, a reinserção na sociedade, possibilita o distanciamento do ócio.

Alguns idosos relataram também o trabalho dos “faxinas”, função essa que permite mais conforto, trânsito dentro da unidade prisional, alimentação melhorada, enfim, certos privilégios que os demais presos não têm.

Quanto às lembranças antes da prisão, os idosos lembraram o trabalho desde a infância, demonstrando, ao mesmo tempo, uma naturalidade frente à realidade experienciada e uma certa tristeza por este trabalho ser relacionado ao espancamento. Além disso, os idosos relataram, com certo pesar, o quanto eram ativos e a falta das profissões que ocuparam. Foi percebido ainda que a maioria ocupava cargos muito braçais e pouco voltados ao intelecto.

Este é um estudo que pode fomentar discussões necessárias para mudanças nas políticas públicas com inserção de pontos importantes voltados ao idoso que comete o crime e não somente ao idoso como vítima do crime. Pode ainda possibilitar um olhar diferenciado a essa situação do encarceramento no Brasil, o qual vem aumentando nos últimos anos, com vistas a permitir um ambiente mais humano e digno para o indivíduo com garantia dos direitos mínimos.

Referências

ALCÂNTARA, A. O. Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos. Campinas, SP: Alínea, 2009.

ALVARENGA, L.N.; KIYAN, L.; BITENCOURT, B.; WANDERLEY, K.S. Repercussões da aposentadoria na qualidade de vida do idoso. Rev. Esc. Enferm., USP, v. 43, n. 4, p. 796-802, 2009. ISSN 1980-220X. doi: 10.1590/S0080-62342009000400009.

ARENDDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro. Forense. São Paulo. EDUSP. 1981.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2015.

BERTANI, I. F.; BARRETO, S. A. P. As transformações no Mundo do Trabalho e as consequências na subjetividade dos indivíduos. *Katálysis*, Florianópolis, SC, v. 7, n. 2, p. 203-207, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6850/6331>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016. Brasília DF. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc91.htm Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

_____. Lei de Execução Penal. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm >. Acesso em 29 de julho de 2016.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm >. Acesso em: 29 de julho de 2017.

DEBERT, G.G. Envelhecimento e representação da velhice. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro. 1988, v.8, n.44, p.68. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d2 frp/pdf/minayo-9788575413043-04.pdf>> Acesso em: 16 de maio de 2018.

CABRAL, L.R.; SILVA, J.L.; O trabalho penitenciário e a ressocialização do preso no Brasil. *Revista do CAAP*. Belo Horizonte, MG. 2010. p.157-184. Disponível em: <https://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/article/viewFile/277/274>> Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

CACULO, A.M. O trabalho infantil. 2017. Disponível em:

<<https://ilpi.org/wp-content/uploads/2017/06/O-trabalho-infantil.pdf>> Acesso em: 28 de abril de 2018.

CONSTANTINIDIS, T.C. “Cabeça vazia, oficina do diabo”: concepções populares do termo ocupação e a terapia ocupacional. *Psicologia & Sociedade*. Vitória ES. 2012. v. 24, n. 3, p. 691-700. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/22.pdf>> Acesso em 13 de abril de 2018.

CUCHE, D. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999. p. 177.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 2004. (Escrito em: 1876. 1ª Edição: *Neue Zeit*, 1896. Origem da presente transcrição: edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ENGELS, F. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. 1ª Edição: *Neue Zeit*, 1896

EVANS, J.G. Prevention of age-associated loss of autonomy. *Epidemiological Approaches, J Chron. Dis.*, v.37, n.5, p.353-63, 1984. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6371038>>. Acesso em: abr. 2015.

FACURE, G.H.F. O trabalho infantil no brasil: os desafios para a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. 2015. Volume 6, p.1-18. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/6/art20150622-07.pdf>> Acesso em: 30 de abril de 2018.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Editora Vozes, 37ª edição. 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

IAMAMOTO, M.V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

KUBO, S.H.; GOUVEA, M.A. Análise de fatores associados ao significado do trabalho. Rev. Adm., São Paulo, v.47, n.4, p.540-554, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

MARX, K. O Capital. Edição resumida por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1969.

Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf> > Acesso em 08 de março de 2018.

MESSUTI, A. O tempo como pena, Revista dos Tribunais, 2003 p. 33.

MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P. (ORG). Deserdados sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro. 2015. p. 251.

MOSCOVICI, S Representações Sociais. Psicologia Social. 4ª Ed., Editora Vozes: 2003.

MONTE, P.A. Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Consequências e Reflexões. Revista Economia Brasília, DF. 2008. v.9, n.3, p.625-650. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n3p625_650.pdf > Acesso em 13 de abril de 2018.

MORIN, E.M. Os Sentidos do Trabalho. Revista de Administração de Empresas. 2001. v. 41, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>> Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

SOUZA, R.F.; MATIAS, H.A.; BRETAS, A.C.P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. Ciências saúde coletiva, v. 15, n. 6, p. 2835-43, jan./set. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n6/a21v15n6.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

RODRIGUES, C.L.; MERCADANTE, E.F. O Papel do Trabalho na Construção da masculinidade. IN: CÔRTE, B; MERCADANTE, E. F; ARCURI, I. G. Masculin(idade) e velhices: entre um bom e um mau envelhecer. São Paulo: Vetor, 2006.

VALCARENGHI; R.V.; LOURENÇO, L.F.L.; SIEWERTI, J.S.; ALVAREZ, A.M. Produção científica da Enfermagem sobre promoção de saúde, condição crônica e envelhecimento. Revista Brasileira Enfermagem. 2015. v.68, n.4, p.705-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n4/0034-7167-reben-68-04-0705.pdf>> Acesso em: 05 de agosto de 2016.

ZANELLI, J.C.; SILVA, N.; SOARES, D.H.P. Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho. Construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.